

Na lente de lá, a imagem de um Brasil entre o imundo e o civilizado.

Enildo de Moura Carvalho*
Maria Cristina Bohn Martins**

RESUMO

Este texto analisa o olhar europeu e norte-americano em relação à América Latina. Para isso, ressaltamos a discussão de três autores. Georg Von Schafer, em 1824, em que advogava a modernização do Brasil pela mão da imigração, segundo a lógica Européia. Cem anos posterior, Vianna Moog, ressalta a formação norte-americana como espelho para o Brasil. Na mesma época, Richard Morse, contraria Schafer e Moog, ao entender que a formação cultural brasileira é que serve de exemplo para os Estados Unidos.

Palavras-chave: Schafer. Moog. Morse. Brasil.

Introdução

A antinomia civilização e barbárie pressupõe a delimitação do espaço de ocupação das sociedades ocidentais em dois segmentos. Ao restringir o instinto e a natureza de si, o civilizado se anuncia integrado ao mundo, “é alguém no mundo”, ao passo que o incivilizado descrente na segurança, na regulação normativa, acaba por reclamar a impureza, a instância aquém do mundo, o que faz de si um “(i)mundo”¹. Na esteira desta antinomia decorrem algumas de suas congêneres – razão/desrazão, normal/anormal, tradição/modernidade, as quais, invariavelmente, são aplicadas pelas ciências sociais especialmente quando o assunto é a formação cultural brasileira.

Neste sentido, este texto pretende construir uma análise a partir da confrontação de textos de alguns autores estrangeiros em suas viagens pelo Brasil – viajantes e brasilianistas – com os de autores brasileiros que ao residirem no exterior, dialogam acerca do Brasil e sua formação.

A possibilidade desta investigação segue a idéia recorrente de posicionar a formação brasileira entre a imagem da civilização, leia-se modernidade, versus tradição, ou dizendo com outras palavras, do pertencimento ao “mundo” versus ao “imundo”. Neste sentido destacamos três autores e textos ocupados em relacionar o Brasil com os indicativos da modernidade e tradição: Georg Von Schafer em seu livro de 1824 – cujo olhar ainda requer maior atenção da historiografia brasileira – Richard Morse quando de sua permanência no Brasil na década de 1940 e o ensaísta brasileiro Vianna Moog em observações acerca do Brasil, especialmente no período em que esteve a serviço do governo brasileiro em organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Elege-se, portanto, ainda que de maneira arbitrária, três autores, (um europeu, um norte-americano e um brasileiro), de modo a obter-se em dois momentos históricos – século XIX e século XX – três olhares acerca da formação brasileira inserida na antinomia moderno/tradição.

* Doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), RS

** Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo, RS.

Proveniente de regiões que mais tarde formariam a Alemanha, Von Schafer realizou algumas viagens iniciais ao Brasil, até fixar-se no país no período da independência brasileira, em 1821. Na ocasião, Schafer foi contratado pelo governo imperial com a atribuição de formar uma tropa de segurança fiel ao Príncipe, D. Pedro I, a partir do recrutamento de soldados, em sua maioria, dentre as levas de imigrantes alemães. Neste caso, Schafer assumia o encargo semelhante ao de ministro de exército, ou de segurança, na atualidade.

Concomitantemente, o viajante programou diversas viagens pelas províncias brasileiras objetivando melhor conhecê-las e anunciá-las, com retoque propagandista, no meio europeu, especialmente na Alemanha. A intenção principal de Schafer era incentivar a imigração para o Brasil, o que facilitaria o empreendimento militar. Seu livro publicado na Europa em 1824 consistia neste projeto de narrar e vender a imagem brasileira no exterior. Imagem que enaltecia as riquezas naturais do país e condenava os aspectos em desacordo com as inovações européias, tais como vazio demográfico, trabalho escravo e sinais inexpressivos de produção no país.

Passados mais de 120 anos da presença de Von Schafer no Brasil, outro viajante, o norte-americano Richard Morse chegou a São Paulo, na década de 1940. Semelhante ao viajante europeu, Morse ocupou-se em analisar a formação brasileira e confrontá-la com outras sociedades, notadamente a de seu país, os Estados Unidos. Em seu livro *O espelho de Próspero* (MORSE, 1988), o autor retratou um pouco deste olhar, um olhar ancorado na discussão modernidade e tradição ibérica. O singular nesta obra, se comparada com outros escritos reconhecidos na intelectualidade brasileira da época, caso de *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1963), é a análise positiva que Morse atribui à herança ibérica na formação brasileira. A positividade do iberismo, neste caso, corresponde a certo descrédito nos indicativos da modernidade.

O terceiro autor desta análise é Vianna Moog, romancista e ensaísta, cujo sucesso literário iniciado na década de 1930, permitiu-lhe reconhecimento no meio intelectual brasileiro o que contribuiu para sua inserção no meio político. Neste terreno, sua projeção se encaminhou pelo ofício de representação do governo brasileiro em instituições internacionais. Em razão disso, manteve contato com outras nações, outras realidades sociais, sobretudo com a formação norte-americana. Neste caso, Moog efetuara o percurso de viagem em sentido contrário. Ao incorporar a condição de viajante brasileiro, o autor ampliou seu enfoque acerca do Brasil no exercício da alteridade, uma vez que se permitiu visualizar sua terra pela lente do outro.

1 Conceitos modernos na lente do Brasil

Schafer foi um dos tantos viajantes que visitaram à América, sobretudo o Brasil, com o fim de conhecê-lo e estudá-lo. Na lente desses viajantes (naturalistas) o continente americano, em geral, espelhava a negação, o inverso da modernização Européia e norte-americana, daí a reação diante da inovação, do desconhecido. Mary Louise Pratt (1999, p. 56- 57) menciona a intenção predominantemente descritiva e classificatória presente entre os viajantes “naturalistas” dos séculos XVII e XVIII. O “Sistema da Natureza” de Lineu é um exemplo dessa construção, cujos padrões de classificação englobaram diversos segmentos da natureza, os quais Lineu atribuiu nomenclaturas, reconheceu animais, vegetais e os distinguiu de minerais, que por sua vez, também passaram por definições diversas.

Os estudos de Von Schafer, entretanto, revelam seu pertencimento à geração de viajantes do século XIX, o que não significa o abandono do modelo “relatório descritivo” em nome de uma análise compreensiva. Pratt informa que os viajantes do século XIX reconstruíram a

imagem da América, desta vez sob um olhar científico mais afinado, o que os diferenciava dos naturalistas dos séculos anteriores. Mesmo assim, permanecia a descrição do Mundo Novo como se fosse um mundo primitivo, com habitação precária, abundância, acúmulos e inocência dos povos nativos (PRATT, 1999, p. 220). Com relação ao Brasil, a chegada de Schafer coincide com uma nova realidade histórica gerada pela independência do país; aliás, o tema da independência em relação aos países ibéricos não era exclusividade brasileira. Em linhas gerais, a América Latina estava consolidando sua autonomia política naquela época.

Antes de emancipar-se politicamente dos Portugueses, o Brasil já havia estreitado relações econômicas com outras nações a partir da abertura dos portos em 1808, de modo que o tempo de Schafer não seria mais o tempo de atribuir nomes à flora e a fauna. Por certo essa característica, a história natural, ainda se manteria, todavia dividindo espaços com uma nova dimensão geopolítica.

O aumento da atividade comercial entre Brasil e Inglaterra foi compensado, junto aos franceses, com a possibilidade de recepcionar suas expedições de estudos na costa brasileira. John Chasteen ressalta que não somente os franceses vieram ao Brasil por ocasião da independência brasileira, inúmeros “viajantes, especialmente norte-americanos, ingleses e franceses, afluíram à América Latina. Grande curiosidade cercava os misteriosos impérios que Espanha e Portugal haviam durante séculos, mantidos inacessíveis à maioria dos estrangeiros” (CHASTTEN, 2001, p. 96).

Esses dois momentos – ação dos precursores naturalistas nos séculos XVII e XVIII, somado a esta espécie de contrapeso científico concedido às expedições francesas, na década de 1820 – faziam ecoar o esforço europeu em detalhar o território americano sob o prisma de seus valores e conceitos, notadamente os mesmos conceitos de cidadania, Estado-nação, níveis de desenvolvimento, dentre outros, discutidos por Schafer, Moog e Morse em seus trabalhos. Segundo Arthur Rambo, Schafer “viajou pelo mundo e pelo Brasil de olhos abertos tanto para a história, quanto para a política, os aspectos sociais, culturais e religiosos, como pela geografia, pelas riquezas minerais, recursos vegetais, animais, vias de transporte, potencialidades econômicas” (SCHAFER, 2007, p. 15).

Esta mesma preocupação em analisar a formação brasileira sob diversos aspectos também pode ser visto em Vianna Moog, especialmente quando analisamos sua produção ensaística. Em “Bandeirantes e Pioneiros”, por exemplo, Moog se ocupa do ensaísmo comparativo entre a formação sociológica de brasileiros e norte-americanos.

Um dos pontos demarcadores nesta análise entre Schafer e Moog, remete ao tempo histórico de um de outro. Vianna Moog observa a formação brasileira num período superior a um século em relação ao viajante Alemão. Em se tratando de diferença de tempo, o mesmo pode ser dito em relação a Richard Morse, se considerarmos o início de suas pesquisas no Brasil no decorrer da década de 1940.

Se entre o naturalista e o ensaísta havia certa proximidade no estilo de observação, em Morse, entretanto, a lente de observação seguiria o encaminhamento ditado pelas ciências sociais, cujos reflexos decorrentes do fechamento na lente de observação, daí o sentido de especialização, ganham relevo a partir da década de 1940 e 50.

Diante disso, parece irrefutável uma nova possibilidade gerada no olhar dos viajantes naturalistas e outros analistas, trata-se da descoberta do Novo Mundo, cuja exigência corresponde à descoberta de novas possibilidades mentais. Padrões de conhecimento medievais baseados em preconceitos tradicionais, mitologias, confusões verbais, cegueira intelectual, cediam espaço ao método empírico, de experimentos, da hábil e capacitada observação da natureza. Richard Tarnas diz que

“uma tal ciência traria ao homem benefícios incomensuráveis e restabelecia seu domínio sobre a Natureza que ele perdera com a queda de Adão” (TARNAS, 2001, p. 295-296). Tratava-se de uma nova ordem de observação, uma ordem fundada na razão.

Neste sentido, o reconhecimento da imagem brasileira na flutuação entre modernidade e tradição tenderia a maior nível de acerto e clareza na medida em que ampliasse a inserção da pesquisa e do pesquisador no universo metodológico, logo, ao universo da própria modernidade. Uma das traduções do conceito de modernidade pertence a Alan Touraine,

A idéia de modernidade surge no mundo ocidental com o propósito de unificar, e civilizar o homem moderno. Neste sentido, a razão, a ciência e suas aplicações organizam a sociedade, o Estado-nação e a produção numa perspectiva de desenvolvimento, liberdade e felicidade. Isto possibilitou que um número rapidamente crescente de pessoas pensasse suas identidades em formas profundamente novas em relação ao período pré-moderno. Era o espaço reservado ao discurso modernizador que se abria com seus sistemas de aferição, de controle e de organização da vida. A esse discurso se juntava a construção histórica a partir do seu surgimento durante o iluminismo (TOURAINÉ, 1994, p. 9-18).

Em face disso, pensar o discurso dos três autores no prisma da antinomia tradição e modernidade demanda inscrevê-los na emergência histórica da cultura moderna, a qual se fazia refletir nas concepções destes viajantes no século XIX e XX.

Enquanto Schafer rememora o século XIX e o universo do eurocentrismo, Vianna Moog e Richard Morse pertencem à geração de autores, intelectuais e artistas da Segunda Guerra Mundial, da política de estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. A partir da década de 1940, surge a política de intercâmbio cultural entre os dois países. Embora sendo um viajante estrangeiro chegado ao Brasil, a exemplo de Schafer, Morse passaria a compor o grupo definido como “brasilianistas”². Vianna Moog, por sua vez, foi aos Estados Unidos, inicialmente, integrando à atividade de intercâmbio cultural, em seguida tornou-se representante brasileiro, atividade que manteve por vários anos.

Ao residir nos Estados Unidos, Moog submeteu as duas formações sociais a uma visão comparativa. Em relatório da ONU de 1963, o autor diz: “uma das minhas preocupações predominante é substituir o estilo bandeirante da formação do Brasil por uma organização social de tipo pioneiro, baseada na comunidade”³. Na lente do ensaísta, tanto maior a possibilidade de desenvolvimento do Brasil quanto mais se espelhar na sociedade norte-americana.

Todavia, no estudo de Morse acerca do Brasil, é o sentido oposto que lhe parece mais aceitável. O pesquisador norte-americano toma carona na contramão do pensamento advogado por Schafer e Moog: “pretendo considerar as Américas do Sul não como vítima, paciente ou problema, mas como uma imagem especular na qual a Anglo-América poderá reconhecer as suas próprias enfermidades e os seus problemas” (MORSE, 1988, p. 13).

Para Morse os países da América Ibérica formavam o espelho no qual o seu país, os Estados Unidos, deveria se espelhar. Daí o título *Espelho de Próspero* para sua obra, o qual remete a peça “A Tempestade” (SHAKESPEARE, 1954), cuja trama revela o encontro de Próspero – rei de Milão, personagem central da peça – com habitantes de uma ilha perdida. Próspero reconhece os nativos da ilha como pessoas selvagens, pessoas fora do mundo – imundas. Em Morse, os Estados Unidos assumem este papel, o de Próspero, ao deparar-se com as sociedades ibéricas, face o distanciamento cultural entre anglo-americanos e latinos americanos – matriz moderna e matriz tradicional. Entretanto é nesta distância que Richard Morse centraliza sua discussão.

Para o autor, nem a tradição marxista, nem a ordem liberal democrática norte-americana mobilizam os Ibero-americanos, quanto à possibilidade humanista, conforme percebera em

seus estudos literários e no contato com autores, como Cervantes. Na Ibero-América existe um “sentido histórico comprometido com a sensibilidade, à solidariedade e, sobretudo a capacidade assimilacionista em oposto aos Estados Unidos”(MORSE, 1989, p. 77-93). Lúcia Lippi, diz que a temática de Morse passa pelo contraste de duas civilizações e que os Estados Unidos estaria imerso numa crise para qual não tem saídas, daí o desapontamento do autor com a moderna sociedade individualista e racional. Estes fatores, diz a autora, constituem, por certo, a motivação principal de Morse em eger o iberismo como alternativa para o seu país (OLIVEIRA, 2000, p. 51).

Ao sugerir o iberismo como matriz cultural à sociedade norte-americana, Morse segue a esteira comparativa de Vianna Moog, embora sua proposta seja oposta. Se para Moog é o discurso moderno do norte-americano que falta ao Brasil; para Morse, são os traços do iberismo que o seduz, como já seduzira Gilberto Freyre em seu enfoque positivo da tradição ibérica. Freyre também ressalta a positividade da tradição brasileira, especialmente pela permissibilidade na formação miscigenada da sociedade “nossa formação tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou de consciência de raça”(FREYRE, 1963, p. 250).

Contra o pensamento de Richard Morse, ecoou o discurso de Simon Schwartzman⁴. Para esse autor, Morse cometeu grave equívoco ao resgatar fundamentos históricos no mundo hispânico – como aparece na primeira parte do livro *Espelho de Próspero* – e aplicá-los ao contexto latino-americano, visando uma conotação de que “nós somos superiores, [de que] temos o segredo da vida e do futuro” [...] “sua visão é idealizada”⁵. Para Simon, Morse se fez acreditar na inverdade de que a contemplação dos Ibéricos no espelho norte-americano os fazia perder sua essência. Que tal essência residiria, antes, no seio da própria América Latina.

Apesar de reconhecer o potencial sedutor do livro de Morse, Simon o acusa de equivocando e danoso em seu conteúdo. Neste sentido, Simon Schwartzman soma forças ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e Vianna Moog, no sentido de descrever os níveis de desenvolvimento brasileiro em déficit em relação aos Estados Unidos⁶. É a lógica da “falta”, falta ao brasileiro um sentido de racionalidade progressista.

2 A construção do Estado nação

Ao discutir o papel dos viajantes no debate da formação brasileira, Vilma Peres Costa (2006, p. 34-35) menciona a “durabilidade do imaginário” no processo de formação do Estado-nação imperial e sua interpretação entre os séculos XIX e XX. O imaginário brasileiro reconhecia na independência o ponto de partida do país a um cenário de legitimação internacional e construção da identidade nacional. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, a literatura daquela época se bifurca em duas vertentes, de um lado os viajantes registravam o encantamento com a natureza e se chocavam com o escravismo, ao passo que os intelectuais brasileiros se ocupavam no ofício de construir uma identidade para o país recém independente. (OLIVEIRA, 2002, p. 9).

A contratação de Von Schafer pelo imperador, sob a orientação de mobilizar um sistema de segurança capaz de conter os focos de manifestações e revoltas contra a independência brasileira, apontava para um sentido anticolonial capaz de obter a ratificação das potências européias. Sobre os opositores à independência do Brasil, Schafer diz: “Sendo portugueses ou estrangeiros, a maioria dos que auferiam grandes proveitos com a confusão na colônia, entende-se facilmente que eles se valiam de todos os meios para manter o Brasil no seu nível infantil” (SCHAFER, 2007, p. 80).

Ao descrever a imagem brasileira, Schafer utilizava como referência modelos políticos vigentes na Europa, cuja formação indicava a soberania da maioria dos Estados nacionais. A idéia de independência aparece com certa insistência no discurso do viajante, o que se justifica, em parte, pela participação do mesmo no governo imperial pelo fato de o evento – recente – dominar a cena política. Neste sentido, não são raras às vezes em que o autor amplia suas observações com críticas pessoais:

Quem percorrer o mundo, como o autor, que não o circunavegou simplesmente como ele, mas teve ocasião de observar o interior dos maiores reinos, a ele caem tanto mais em vista as diferenças dignas de nota entre as instituições dos estados na Europa e na América, e quem viajou o mínimo concordará que entre todos os países do Mundo Novo, o Brasil é o mais magnífico, o mais abençoado, que oferece as melhores esperanças. Com orgulho assume-se como cidadão e habitante deste novo e grande império. Sente-se estimulado, depois de se inteirar do seu destino, da situação e das condições, a colaborar com seus conterrâneos no espírito da liberalidade alemã (SCHAFER, 2007, p. 29).

O diálogo de Schafer visa caracterizar o Brasil na condição de país livre do jugo lusitano, circunscrito ao poder imperial e este respaldado nos segmentos mais atuantes da sociedade brasileira, de modo a ressaltar as possibilidades de ocupação demográfica, desenvolvimento produtivo e industrial, além de ratificar uma economia de livre mercado. Possibilidades antes inexistentes em razão da submissão do Brasil ao laço colonial e espoliativo de Portugal. “Há incontáveis provas que Portugal não tratou o Brasil fraternalmente, enquanto lhe pertencia como colônia. Nada mais natural que os brasileiros não considerarem a terra de origem como mãe, antes como madrasta muito má” (SCHAFER, 2007, p. 71).

Em face disto, Schafer se mostra defensor dos conceitos emergentes da modernidade. O pensamento moderno pôs a Europa em movimento a partir da convergência de eventos, idéias e personalidades, as quais decorrem do entrelaçamento de três fatores decisivos na cultural moderna – Reforma Protestante, Renascimento e Revolução científica. Segundo Richard Tarnas:

As descobertas de novos continentes trouxeram novas possibilidades de expansão econômica e política, além da conseqüente transformação radical das estruturas sociais européias. Com essas descobertas, havia o conhecimento de novas culturas, religiões e modos de vida, introduzindo na consciência européia um novo espírito de relativismo cético quanto ao do absolutismo de seus pressupostos tradicionais. Os horizontes do Ocidente – geográficos, mentais, sociais, econômicos, políticos – mudavam e se expandiam de maneiras até então inéditas (TARNAS, 2001, p. 249).

Neste prisma, a moderna constituição do Estado Nação passava gradativamente das leis e poderes herdados e impostos pela tradição medieval para a ação pensada, racionalizada. O Estado “em si era considerado algo a ser compreendido e manipulado pela vontade e inteligência humana” (TARNAS, 2001, p. 249).

Com argumentos desfavoráveis à empresa colonial portuguesa, Schafer expressa, ao mesmo tempo, seu entusiasmo com a possibilidade modernizadora representada pela transformação da colônia em Império, o que garantia não somente a emergência do príncipe como imperador, mas a elevação do Brasil à condição de Estado Nacional. Com isso começava o levante das âncoras da colônia e da tradição ibérica na formação cultural brasileira.

O olhar do viajante, neste sentido, se revela interessante ao historiador, pois de um lado traduz uma imagem brasileira focada na lente do forasteiro, do observador que chega ao Brasil munido de uma fortuna intelectual construída sob a conceituação emergente na Europa moderna. Por outro lado, indica sua disposição, consciente ou inconsciente, em modular a reali-

dade observada sob um ângulo de duas faces – tradicional ou moderno. Neste caso, os ideais da modernidade deveriam iluminar a formação do Estado Nacional brasileiro e desautorizar, ao mesmo tempo, qualquer herança ibérica. “O tempo da ilusão passara. O Brasil carecia de uma existência independente” (SCHAFER, 2007, p. 170).

3 A civilização por meio da imigração

A intenção de permitir a entrada da imigração no Brasil a partir da independência, em 1822, segundo Schafer, visava atender demandas inerentes a um país autônomo, começando pelo reconhecimento de si enquanto país, enquanto Pátria, diferente da condição anterior de submissão a Portugal, a qual inviabilizava os sinais de identificação dos brasileiros com sua terra. Schafer acreditava que o imigrante traria consigo valores de patriotismo e assim poderia contribuir na consolidação do Brasil, como estado irmão. A inexpressiva presença de valores morais entre os brasileiros também foi observado por outro viajante, Luiz Agassiz, quarenta anos posterior a Schafer. Agassiz menciona o descompromisso do brasileiro com a civilização, pois “mais parecia um imundo a misturar-se com o nativo da terra. Essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Apresenta o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, de uma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens” (AGASSIZ; CARY, 1975, p. 154).

Neste sentido, no capítulo treze do seu livro “O Brasil como império independente”, Schafer carrega nas tintas visando obter um Brasil o mais colorido possível, de modo que a divulgação de tal imagem pudesse convencer a migração de alemães às terras brasileiras. “Alemão destemido, queres saber o que te espera no Brasil? Então ouça. Em primeiro lugar trata-se de uma terra no Sul, mais quente, onde reinam outros costumes, crescem outras plantas, outros animais, uma outra vida, [...] onde tu e os teus encontram acolhidas logo que desembarcam” (SCHAFER, 2007, p. 348).

Débora Bendocchi Alves, estudou algumas cartas enviadas por alemães migrados para algumas fazendas de café em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Segundo a autora, tais cartas eram publicadas em periódicos da Alemanha como medida informativa a quem desejasse se transferir para o Brasil, uma vez que havia muitas incertezas em relação ao tratamento dispensado aos recém chegados no Brasil. Paralelo à existência de informações assegurando inúmeras vantagens em se transferir para as terras brasileiras, não faltavam cartas denunciando a espoliação a que muitos imigrantes foram submetidos. “Em 1858 o governo da Prússia, através do escrito de Von der Hydt, proibiu em seu território a propaganda e a atividade dos agentes ligados a emigração para o Brasil” (ALVES, 2003, p. 156).

De forma mais concreta, o empreendimento de motivar a imigração de alemães para o Brasil atendia a dois desejos do viajante, de um lado facilitaria o recrutamento da força de segurança, por outro permitiria ocupar grandes porções de terras no Brasil. Assim poderiam estabelecer colônias, e fortalecer a produção e modernização na área agropastoril, uma vez que tal atividade era pouco expressiva na mão do colono português, segundo Schafer. Já o imigrante alemão traria consigo uma bagagem de conhecimento não só na produção, mas na comercialização e geração de mercado interno. Segundo Agassiz, “Enquanto não for mais densa a sua população, todos os esforços do Brasil para aumentar sua prosperidade só darão um resultado lento e pouco eficaz. Não se deve, pois, estranhar que, logo após a declaração

de independência, D. Pedro I houvesse ensaiado atrair imigrantes alemães para o seu móvel império” (AGASSIZ; CARY, 1975, p. 297).

O princípio de desenvolvimento e progresso é um dos parâmetros do pensamento moderno, daí a emergência da ciência em prol do conhecimento objetivo, da maquinaria, da revolução industrial e da produção racionalizada da terra. Schafer não menciona esta compreensão, todavia indica este alinhamento ao caracterizar a independência do Brasil como divisor entre o período de exploração colonial lusitana e a emergência do Brasil autônomo.

Em certo sentido esta perspectiva em favor da lógica moderna estava presente também em Vianna Moog, especialmente quando ressalta em seu comparativo Brasil/Estados Unidos, o triunfo do Pioneiro calvinista norte-americano no empreendimento de conquistar e desenvolver o Oeste americano, ao que corresponde inversamente os dissabores da aventura bandeirante no interior do Brasil. Empreendimento de ocupação contrário ao Bandeirante, e semelhante ao norte-americano, Moog identifica na ocupação da região norte do Rio Grande do Sul pela imigração predominante de alemães e italianos. Para o autor, esta é a região do Brasil onde mais aparecem os sinais do pioneiro, de produção orgânica, de sintonia com a lógica moderna de desenvolvimento e progresso.

Ao falar da imigração na região Sul do Brasil, Vianna Moog segue o discurso de Schafer, pois analisa a realidade sociológica produzida pela imigração projetada por Schafer há mais de cem anos atrás. No enfoque de Moog a positividade das colônias passa pelos sinais de desenvolvimento produtivo e pela necessária identificação com a nova pátria:

Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios, aos de origem italiana, polonês ou lusa, que só estremeçam de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação (MOOG, 1939, p. 130).

Ao assinalar seu entusiasmo com o desempenho das populações migradas para o Sul do Brasil, Moog remete às linhas mestras das sociedades modernas, na medida em que associa índices positivos de produção e desenvolvimento das colônias com o desejo de vê-las sintonizadas a uma configuração de valores indicativos da civilização.

No enfoque do autor, parece prevalecer um permanente sentido de aferição dos sinais de modernidade e de civilização. Seus escritos, em linhas gerais, não perdem de vista o movimento de aproximação e distanciamento das sociedades ou personagens com seus demarcadores culturais. Numa das ocasiões em que residiu nos Estados Unidos, por exemplo, Moog biografou Abrão Lincoln visando compreender dois perfis quase paradoxais do ex-presidente norte-americano. De um lado a capacidade política, um líder dedicado à liberdade e ao desenvolvimento de seu país e, de outro lado algumas de suas características destoantes deste perfil, caso do gosto pelo conhecimento subjetivo, pela filosofia, em detrimento da objetividade e do utilitarismo, do gosto pela contemplação e pelo movimento compassado. Ou seja, Moog identificava dois Lincoln, um alinhado com o universo dos tempos modernos e outro retido em valores que mais pareciam sinais da cultura ibérica.

Em relatório da XVª Sessão da Comissão Social da ONU, em 1963, Moog revela, mais uma vez, seu cuidado com o tema da modernização das sociedades Ibero-americanas, especial-

mente a sociedade brasileira. Neste sentido, descreve a atuação das delegações e representantes internacionais nos debates acerca de assuntos julgados essenciais naquele organismo, caso da situação social mundial em questões como habitação, construção, planejamento, reforma agrária e desenvolvimento social.

Mais uma vez, Moog parece manter-se alinhado no discurso de Schafer ao compreender que a retenção da Ibero-América em temáticas de caráter primárias indica sua incapacidade de libertar-se do iberismo, cuja memória ainda encontra amparo no universo medieval, num tempo anterior à civilização, anterior ao moderno sistema em que o espaço do imundo tende a diminuir. Ao analisar o trabalho de Moog, o brasilianista Thomas Skidmore identifica a expressão da “falta”. Para Moog, “os brasileiros, [...] tinham que adotar a organização, educação e responsabilidade institucional que o rápido desenvolvimento exigia” (SKIDMORE, 1994, p. 44-45).

Na lente de Moog essas prioridades (habitação, educação, desenvolvimento social) não circulam na pauta das nações desenvolvidas, nomeadamente os Estados Unidos, pois já obtiveram o devido tratamento no tempo e na emergência do projeto moderno.

A ética calvinista presente na formação da sociedade norte-americana é retomada por Moog como fator decisivo na modernização da sociedade, a qual corresponde ao discurso de Tarnas: “boa parte da orientação inicialmente espiritual da disciplina protestante concentrava-se em preocupações mais seculares e nas recompensas materiais resultantes de sua produtividade. Assim, a devoção religiosa sucumbiu ao vigor econômico, que seguiu em frente por si mesmo” (TARNAS, 2001, p. 268).

Em detrimento da herança ibérica e seus reflexos na formação da sociedade brasileira, Moog visualiza nas populações migradas da Alemanha e da Itália para o Sul do Brasil, a possibilidade de desenvolvimento e modernização conforme as inovações da modernidade, caso da autonomia individual, da responsabilidade em suas crenças e ações, do empenho num futuro mais próspero, da liberdade de acesso ao mercado, daí o comparativo com o pioneiro dos Estados Unidos.

A população descendente de alemães do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul é a referência principal de modernização na lente de Moog. Na biografia inconclusa de Lindolfo Collor, Moog retoma esta questão e assinala as virtudes da origem germânica de seu personagem: “o primeiro ministro do trabalho haveria de sair do Vale dos Sinos, provir de descendentes da imigração e colonização alemã que se instalou em princípio do século passado na Feitoria Velha, para dali irradiar por todo o país. É que foi esta imigração a principal propulsora das mudanças que se vêm operando há cento e cinquenta anos em nossos parâmetros estruturais”⁷.

A respeito da origem da imigração, Lúcia Lippi de Oliveira alerta que “o grau de estranhamento [do imigrante] depende de muitas variáveis: o lugar de onde se veio, as razões da imigração, a situação de viajar em família ou só” (OLIVEIRA, 2002, p. 13). Em certo sentido, Moog associa o imigrante ao ser estrangeiro, sobretudo alemão, pois reconhece nas colônias sulinas a existência de valores que lhes fazem singulares em relação ao Brasil.

Em Richard Morse a comparação do iberismo com a cultura anglo-americana ganha contornos diferentes, de modo que a positividade da herança ibérica reside na recusa das revoluções científicas e religiosas, ambas fundamentais na constituição da modernidade francesa e Inglesa. A ausência de tais revoluções em Portugal e Espanha não serve como sinal de estagnação, ao contrário, indica o acerto de contas desses países com o século XVI, especialmente no tocante à definição do modelo de Estado, pensamento religioso, questões normativas, dentre outras. Em face disso, os ibéricos se antecipavam aos ingleses e franceses na temática do modernismo e desenvolvimento e, assim ficavam dispensados de repensar outras revoluções quer no terreno da ciência ou da consciência. Todavia Morse reconhece nestas decisões o predomínio de razões associadas a uma rejeição subconsciente maior do que uma opção consciente.

A crença do autor quanto ao modelo de sociedade sugerida pela matriz ibérica, em detrimento do universo anglo-saxão, demanda em grande medida do comparativo entre os dois modelos. Frente ao mundo movido pelo individualista, pela razão cientificista e pela ética protestante, sobressai a sociologia ibero-americana com uma formação alinhada, igualmente, em parâmetros inovadores de desenvolvimento, sem, contudo, aderir a uma consciência racional plena. Neste sentido Morse utiliza o exemplo do brasileiro que inicia uma conversação perguntando, como vai sua família? Oferecendo sua disponibilidade à amizade, para o humanismo. Já o norte-americano no mesmo diálogo, aplica outra questão: O que você está fazendo? Como se induzisse certo menosprezo ao relacionamento impessoal. Morse ainda afirma:

Todo latino-americano que vejo aqui [Estados Unidos] me diz: ‘No meu país tenho tantos amigos, aqui é difícil fazer amizades.’ Se estamos falando de relações humanas e de seres humanos, e você tem uma sociedade onde a amizade é muito mais calculada, muito mais racionalizada, muito mais instrumental, esse povo tem problema. Aliás, talvez seja exatamente essa qualidade humana, essa possibilidade de sempre fazer exceções o que explica em parte os problemas políticos da América Latina (MORSE, 1989, p. 77).

Na ótica do brasilianista, a positividade do iberismo pode camuflar indícios de atrasos na medida em que o excesso nas relações humanas inexistente em nações modernas, a exemplo dos Estados Unidos, onde mais vale o trabalho como motor de progresso do que a retenção filosófica de sociedades humanistas.

A apologia do iberismo, neste sentido, não esconde a inaptidão sul-americana em objetivar respostas voltadas ao futuro, embora seja o futuro uma expectativa latente entre os ibéricos, “Se você pensa em qualquer país da América Latina hoje, a pergunta é sempre: para onde vai à Argentina? Para onde vai o Brasil? Todos os problemas do início do século XIX ainda estão lá.” (MORSE, 1989, p. 77). O contrário reveste os Estados Unidos em sua lógica presenteísta. Disso resulta mais uma vez o gancho utilizado por Richard Morse no sentido de recomendar o iberismo aos Estados Unidos, “nós [norte-americanos] também devemos pensar um pouco mais no futuro. Estamos entrando num período, não de crise, mas de incerteza, de perda de valores, de necessidade de novas premissas políticas. Precisamos tomar consciência, não dos próximos cinco anos, mas dos próximos cinquenta, cem anos” (MORSE, 1989, p. 77).

Considerações finais

A compreensão de Schafer, Moog e Morse acerca da antinomia modernidade e tradição, ou civilizados e imundos, como se pode observar nesta breve leitura, se revela mais complexa, de modo que nem uma cultura de matriz ibérica ou anglo-saxônica, pode anunciar-se puramente tributária do pensamento moderno ou ibérico. Todavia, isso não invalida a existência de sinais pontuais na demarcação da modernidade e do iberismo.

O lugar da discussão talvez se localize nos níveis de solidez e de movimento desses “sinais”, o que nos permite recorrer a Nietzsche: “não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos” (NIETZSCHE, 2002, p. 108). Se substituirmos as expressões “sinais” e “fenômenos” pela expressão “conceitos”, poderíamos compreender que não há conceitos morais e sim a interpretação moral dos conceitos. Esta perspectiva parece mais clara quando observamos o “conceito” em sua historicidade, sobretudo em seu caráter dinâmico e (trans)histórico.

A possibilidade dinâmica e (trans)histórica permitem pensar a reprodução do conceito nas diversas culturas, de modo a constituir a diversidade cultural, a exemplo do iberismo no Brasil e da

modernidade nos Estados Unidos. Em certo sentido, Moog e Schafer negam essa compreensão, especialmente quando pensam a modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira pela afirmação de conceitos modernos como Estado nação, patriotismo, racionalidade produtiva, induzindo certo detrimento aos conceitos do iberismo. A negação expressa um sentido de substituição de uma formação cultural por outra julgada mais habilitada.

Ao pensar por esta via Von Schafer e a maioria dos viajantes de sua época seguiam a orientação do pensamento moderno, com ideologia hierárquica, cujo resultante seriam os sistemas evolutivos do século XIX, com a submissão de sociedades ou povos julgados inferiores. Em certo sentido, Vianna Moog segue a mesma análise ao salientar a superioridade da lógica calvinista norte-americana em relação ao iberismo, especialmente ao Brasil. Daí a idéia da “falta”. Falta ao Brasil o modernismo existente em outros países.

Isso não significa, todavia, a existência de uma linha divisória sólida entre ibéricos e modernos e por isso devam manter-se isoladas. Ao contrário, a mobilidade conceitual demanda flexibilidade, negociações, a exemplo do Brasil ibérico que se faz moderno na afirmação do Estado nação burocrática e racional. Da mesma forma, Abrão Lincoln, ex-presidente do moderno desenvolvimento norte-americano, se revela contemplativo, amante das coisas subjetivas, como bem convém a um sul-americano. Ou seja, a dinâmica conceitual existe na costura formadora das sociedades, embora possa permanecer ignorada pelo analista, cuja atenção visa identificar ou projetar o conceito desprovido de movimento e historicidade, mais do que isto, inábil em determinado momento ou ferramenta de primeira mão em outra circunstância.

A exemplo de Schafer e Moog, Morse também se inscreve dentre os analistas ocupados em localizar a estrutura conceitual de ibéricos e modernos. Como parte deste trabalho, Morse desenvolve a comparação, hierarquiza as duas culturas, atribuindo valores julgados superiores a uma cultura e inferior a outra. Neste caso, a outra (a moderna formação norte-americana), é quem deveria espelhar-se na formação cultural ibérica. Dessa forma, o autor percorre o mesmo caminho de Moog e Schafer, com a diferença que o faz em sentido contrário. Segundo Morse,

Espreitando o futuro que nos reserva o século XXI e mais além – a cumulativa racionalização da vida e coletivização das mentes; tempos, talvez, de rotinização, disfunção burocrática e entropia pura, pontuados por episódios apocalípticos – cabe perguntar se um certo leque de opções ocidentais que por muito tempo a Ibero-América manteve em custódia, sem honras nem louvores, não estará destinado a alcançar lentamente um reconhecimento cada vez maior (MORSE, 1988, p. 25).

Ao analisar o trabalho dos viajantes⁸ acerca da imagem brasileira, John Charles Chasteen (2001, p. 97) menciona o preconceito presente nos diversos escritos: “O preconceito desses escritores salta aos olhos. Superstição e fanatismo sóbrio eram alusões protestantes disfarçadas ao catolicismo, e as denúncias do caráter desprezível latino-americana eram claramente racistas”. O preconceito assinalado por Chasteen talvez se traduza pela mesma incapacidade de identificar o conceito numa possibilidade flexionada, como se o olhar do viajante estivesse enrijecido, treinado para encaixotar a imagem num enquadramento pré-estabelecido. A impossibilidade desse acerto permite a localização do outro – o incivilizado, o imundo – uma vez que impróprio para o convívio de quem se harmonizou com o mundo. O preconceito neste sentido talvez melhor se traduza pela afirmação radical do conceito por parte daqueles observadores, autores e viajantes.

O reconhecimento do preconceito parece mais comum nas últimas décadas do século XX, e se configura na medida em que estando consciente do dinamismo e do movimento (trans) histórico do conceito (o que viabiliza a diversidade). O analista que o ignora, age como

se buscasse afirmar um olhar engessado, transparente numa única face. De certa maneira, esta imagem enrijecida se reproduz na lente de Moog, Morse e, sobretudo em Schafer, à medida que idealizava alguns aspectos da formação brasileira visando vendê-la na Europa. Apesar do intervalo de tempo existente entre os autores, a tradição ibérica e a modernidade foram observadas num prisma mais hierárquico, em detrimento das múltiplas formas comparativas que as sociedades se depararam e se representaram.

ABSTRACT

This text analyzes the relations established between European and North American views on Latin America through the writings of three authors in three different historical moments: Georg Von Schafer, in his book 1874; Vianna Moog a hundred years later and Richard Morse at the end of last century, contradicting the two previous hypothesis.

Keywords: Schafer. Moog. Morse. Brazil.

Notas explicativas

- ¹ O autor utiliza o conceito “imundo” como chave para situar a discussão entre civilização e barbárie ou modernidade e tradição. “A civilização se constrói sobre uma renúncia ao instinto. [...] Os seres humanos precisam ser obrigados a respeitar e apreciar a harmonia, limpeza e a ordem. [...] Sujeira de qualquer espécie parece-nos incompatível com a civilização. [...] O oposto de pureza – o sugo, o imundo, os agentes poluidores são coisas fora do lugar”. Ver BAUMAN, 1998. p. 14.
- ² Segundo Paulo Roberto Almeida, “o termo Brasilianista teria sido utilizado pela primeira vez no Brasil em 1969, na pluma do acadêmico Francisco de Assis Barbosa para qualificar um estrangeiro especialista em assuntos brasileiros” (ALMEIDA, 2002. p. 32).
- ³ MOOG, Vianna. Relatório do representante do Brasil na XVa Sessão da Comissão Social da organização das Nações Unidas.
- ⁴ Lúcia Lippi de Oliveira apresenta a discussão entre Morse e Simon Schwartzman acerca do iberismo e modernidade em três blocos, ou três rouds como ela define. No primeiro roud Schwartzman elabora sua discordância em relação ao discurso de Morse. Em seguida, o autor de *Espelho de Próspero* retoma a defesa de sua obra, ao mesmo tempo em que protesta contra as declarações de seu opositor. Por fim, Schwartzman apresenta sua réplica na discussão ao reafirmar seu antagonismo em relação às virtudes do iberismo advogadas por Morse (OLIVEIRA, 2000. p. 55 - 6).
- ⁵ O autor transita na história do pré-modernismo disposto a negar qualquer intenção relacional entre os traços históricos compreendidos pelas noções medievais e o projeto da modernidade, especialmente para o caso da América Latina. Isto é incompatível, ele diz, ao contrariar a perspectiva política aventada por Morse. “Traços que hoje seriam usualmente considerados totalitários são recuperados com sinais positivos” (SCHWARTZMAN, 1988).
- ⁶ Lúcia Lippi salienta que no entender de “Sérgio Buarque de Holanda, Vianna Moog, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Roberto DaMatta, entre outros, estão fazendo uso do quadro categorial de Weber para identificar os obstáculos, as dificuldades, que nos impedem de ser modernos. E, é preciso lembrar: para a construção da modernidade no Brasil, a herança ibérica passa a ser sinônimo de atraso e anacronismo por oposição à herança protestante nórdica” (SCWARTZMAN, 1988, p. 43).
- ⁷ MOOG, Vianna. Biografia inconclusa a respeito de Lindolfo Collor. (acervo Unisinos).
- ⁸ Segundo Luiz Agassiz, “Tanto quanto pudemos nos certificar, a população branca faz bem pouco para civilizar os índios; se limita a iniciá-los em algumas práticas externas da religião. É sempre a velha e triste história da opressão, que parece dever durar enquanto houver diferença de cor, e resulta, fatalmente, na degradação das duas raças, com duplicidade e licenciosidade da parte do branco” (AGASSIZ, 1975, p. 186).

Referências

- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865 - 1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Brasil dos brasilianistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n. 45, p.155-184. 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- COSTA, Vilma Peres. *Narrativas de viagem no Brasil do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: UNB, 1963.
- CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma História de Sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: EDUnB, 1963.
- MOOG, Vianna. Relatório do representante do Brasil na XVª Sessão da Comissão Social da organização das Nações Unidas.
- _____. *Um rio que imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1939.
- MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Martins Claret, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. “Uma Entrevista com Richard Morse”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 77-93.
- PRATTI, Mary Louise. *Os olhos do império*. Bauru: Edusc, 1999.
- SCHAFER, Georg Anton Von. *O Brasil como Império Independente*. Santa Maria: UFSM, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de Morse. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 22, p. 185 – 192, out. 1988.
- SHAKESPEARE, William. *A Tempestade*. São Paulo: Tecnoprint. 1954.
- SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.
- TARNAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina M. Cunha. *História comparada: olhares plurais*. Revista de História Comparada, v.1, n. 1, jun. 2007.
- TOURAINE, Alain. *A crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

